



PREGÃO PRESENCIAL

Nº 017/2019

EDITAL RETIFICADO

OBJETO: *Contratação de empresa especializada na área de Saúde e Segurança Ocupacional com a finalidade de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, para prestação de serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos programas relacionados à segurança e saúde ocupacional, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.*

- **LICITAÇÃO MENOR VALOR GLOBAL**
- **LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO**
- **LICITAÇÃO COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCALMENTE. (ART. 48, §3º LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006).**





ÍNDICE

	PREÂMBULO	PÁG.	04
I	DO OBJETO	PÁG.	05
II	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	PÁG.	05
III	DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO CREDENCIAMENTO	PÁG.	06
IV	DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DAS DECLARAÇÕES	PÁG.	08
V	DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA – ENVELOPE 01	PÁG.	10
VI	DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	PÁG.	12
VII	DA FASE DE LANCES	PÁG.	12
VIII	DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	PÁG.	15
IX	DA HABILITAÇÃO	PÁG.	16
X	DOS RECURSOS	PÁG.	24
XII	DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA	PÁG.	25
XII	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	PÁG.	26
XIII	DO CONTRATO	PÁG.	26
XIV	PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO	PÁG.	27
XV	DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO	PÁG.	28
XVI	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	PÁG.	28
XVII	DO PAGAMENTO	PÁG.	29
XVIII	DO REAJUSTE	PÁG.	30
XIX	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	PÁG.	30





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

3

XX	DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	PÁG.	30
XXI	DAS IMPUGNAÇÕES	PÁG.	33
XXII	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	PÁG.	33
ANEXOS			
I	Anexo I - Termo de Referência	PÁG.	37
II	Modelo de Proposta Comercial	PÁG.	53
III	Declaração de Habilitação	PÁG.	58
IV	Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	PÁG.	59
V	Termo de Conhecimento e Adesão	PÁG.	60
VI	Da minuta do Contrato	PÁG.	61
VII	Termo de Aceite	PÁG.	79
VIII	Lista de conferência – produto e serviço	PÁG.	80





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

4

EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019 - EDITAL RETIFICADO

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR VALOR GLOBAL

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/09/2019, às 09h00min.

PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.289.000/0001-30, com sede na Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP), através do Excelentíssimo Presidente Sr. **FABIO LUIZ DA SILVA RHORMENS** e a Pregoeira designada através da **Portaria nº 167/2019** e sua equipe de apoio, no uso de suas atribuições legais, comunica a abertura do presente processo de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a **contratação de empresa especializada na área de Saúde e Segurança Ocupacional com a finalidade de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, para prestação de serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos programas relacionados à segurança e saúde ocupacional, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência**, nos termos da **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, da **Lei Complementar 123** de 14 de dezembro de 2006 e alterações da **Lei Complementar 147** de 07 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital.

A respectiva Sessão de Processamento do Pregão será realizada na data de **23/09/2019, às 09h00min**, na sede da Câmara Municipal de Barueri, **Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP)** e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, designados através da **Portaria nº 167/2019**.

OBTENÇÃO DO EDITAL: através do site: www.barueri.sp.leg.br ou na **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**, no endereço supracitado, sem custo.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e aos anexos que o integram.





I DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação compreende a **contratação de empresa especializada na área de Saúde e Segurança Ocupacional com a finalidade de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, para prestação de serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos programas relacionados à segurança e saúde ocupacional, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.**
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. Para esta licitação será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Barueri, nos termos previsto na Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.
- 1.4. Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial contendo Declaração de fatos impeditivos, Declaração de que não emprega menor nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e Declaração de inexistência de titular de mandato eletivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Barueri;

Anexo III – Declaração de Habilitação;

Anexo IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo V – Termo de Conhecimento e Adesão;

Anexo VI – Minuta do Contrato;

Anexo VII – Termo de Aceite;

Anexo VIII – Lista de conferência - produto e serviço.

II DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados **do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação**, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que





atenderem a todos as exigências, inclusive quanto às documentações constantes deste Edital e seus anexos.

2.1.1. A empresa enquadrada na condição de ME, EPP ou MEI, que pretender utilizar-se das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, deverá apresentar a Declaração do **Anexo IV** deste edital. **A ausência da Declaração prevista no Anexo IV não impedirá a participação da ME, EPP no processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.**

2.2 . Não será permitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

- a. com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;
- b. em dissolução ou em liquidação;
- c. declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
- d. que estiverem cumprindo penalidade de impedimento ou suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta do Município de Barueri, na data fixada para apresentação dos envelopes;
- e. estrangeiras que não funcionem no país;
- f. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

2.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

III DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A Sessão Pública de Processamento do **Pregão nº 017/2019**, será iniciada **às 09h00min, não será admitido o ingresso de eventuais licitantes retardatários.** Os trabalhos serão iniciados com o credenciamento das licitantes presentes.

3.2. A licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a Sessão Pública em nome do licitante.





- 3.2.1.** A licitante ou seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, ficando mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.3.** Considera-se como representante da licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
- 3.3.1. O Estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual deve ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.**
- 3.3.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.**
- 3.4.** Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma licitante credenciada.
- 3.5.** Na fase de credenciamento, o(a) Pregoeiro(a) verificará à existência de sanções que impeçam a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).
 - b.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - c.** Cadastro do Tribunal de Contas de São Paulo – Relação de Apenados (www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados).
- 3.5.1. Referente às consultas nos cadastros acima, não poderão participar as empresas que, na data fixada para apresentação dos envelopes, estiverem cumprindo penalidade de impedimento ou suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a**





Administração Direta ou Indireta do Município de Barueri e declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

- 3.5.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 3.5.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante impedido de participar do certame.

IV DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DECLARAÇÕES

- 4.1.** Após, efetuado o credenciamento, nos termos previstos na cláusula anterior, será solicitada a entrega dos documentos a seguir relacionados, **que deverão ser apresentados FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).**

4.1.1. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação que deverá ser feita, preferencialmente, de acordo com o modelo sugerido no **Anexo III** deste Edital;

4.1.2. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando o tratamento diferenciado nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006** e alterações da **Lei Complementar nº 147/2014**, que deverá ser feita preferencialmente de acordo com o modelo sugerido no **Anexo IV** deste Edital, **informando que no decorrer do último mês não houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrida em nenhuma das situações previstas no artigo 3º, § 4º, incisos I a X e § 6º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006;**

4.1.2.1. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, que se enquadrar em qualquer nas vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar 123, de 2006 e 147, de 2014, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração;





- 4.2. Após conferência das declarações acima relacionadas, serão recebidos pela Equipe Pregoeira os envelopes “01 – Propostas de Preços” e “02 – Documentação de Habilitação”, que **deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em sua parte externa a identificação da licitante e os seguintes dizeres:**

ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

CNPJ Nº

ENVELOPE Nº 02 – “HABILITAÇÃO”

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

CNPJ Nº

- 4.3. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 01 (uma) hora antes da abertura da sessão pública, com entrada mediante o Sistema de Protocolo Geral desta Câmara.

- 4.3.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**, com a seguinte identificação:





CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

DIVISÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS

REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

SESSÃO PÚBLICA EM __/__/2019 ÀS 09 HORAS

4.3.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos de Proposta de Preços.

4.4. **A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.**

V **DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA – ENVELOPE 01**

5.1. Para apresentação da proposta de Preços será utilizado o modelo **Anexo II**, datilografado ou impresso, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou por seu procurador, contendo o seguinte:

5.1.1. **As especificações do objeto** de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do **Termo de Referência**, constando a identificação do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019**;

5.1.2. **Os valores unitários dos serviços, bem como, valor mensal, anual e global da proposta.**

5.1.2.1. Os valores deverão ser apresentados em algarismo, com duas casas decimais, expresso em moeda corrente nacional, de acordo com os preços praticados no mercado, para o objeto constante no Termo de Referência.

5.1.2.2. No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual, tais como, despesas com impostos, taxas, frete, seguro e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.





5.1.2.3. Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes, sendo consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas não exigidas pelo presente Edital.

5.1.3. Manifestação contendo: Declaração de inexistência de fatos impeditivos que obste esta empresa a contratar com a Administração Pública; declaração de que não emprega menor nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal; declaração de inexistência de titular de mandato eletivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Barueri;

5.1.4. Dados da Licitante: Nome da empresa (Razão Social), CNPJ, Endereço, Inscrição Estadual e municipal da licitante (se houver), telefone e email; Nome, RG e CPF do Representante Legal da empresa;

5.1.5. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por acordo das partes.

5.1.5.1. Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada **válida por 60 (sessenta) dias**, independentemente de qualquer outra manifestação.

5.1.6. Informações bancárias: nome do banco, número da agência, número da conta-corrente em nome do proponente, pessoa Jurídica, conforme constituição da empresa em Órgão Competente.

5.2. Aberta, a proposta estará vinculada ao Processo pelo seu prazo de validade, não sendo autorizada, sem justificativa, sua retirada ou a desistência por parte do proponente. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriamente do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de fornecer objeto nos seus termos.





VI DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, que apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 6.2. No tocante aos preços, as propostas serão julgadas pelo critério de “**MENOR VALOR**”, conforme art. 45, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, nos termos descritos no Anexo I.
- 6.3. Serão classificadas, para participação da fase de lances, a proposta de **MENOR VALOR GLOBAL** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de MENOR VALOR, para participação na fase de lances (*artigo 4º, VIII da Lei 10.520/2002*).
- 6.3.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas classificadas para a fase de lances, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), independente de não ter atendido a diferença percentual (*artigo 4º, IX da Lei 10.520/2002*).
- 6.3.2. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes.
- 6.4. **A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em ata.**
- 6.5. Na hipótese de **desclassificação de todas as propostas**, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, **lavrando-se ata a respeito**.

VII DA FASE DE LANCES

- 7.1. Classificadas as propostas, nos termos previsto na cláusula acima, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes.
- 7.1.1. No caso de empate, a classificação será decidida por sorteio. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados e, assim, sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.





7.2. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da **proposta classificada de maior valor e os demais, em ordem decrescente de valor**

7.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR VALOR GLOBAL**.

7.2.2. Os lances deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução indicada de no **mínimo R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

7.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último valor por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.4. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.5. **Empate ficto:**

7.5.1. Encerrada a etapa de lances, **na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP)** será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, nos seguintes termos:

7.5.2. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor valor, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

7.5.3. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

7.5.4. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.





7.5.5. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

7.5.6. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.6. Preferência local:

7.6.1. Será concedido, também, tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Barueri, conforme disposto nos artigos 47 e 48 §3º, da Lei Complementar nº 147/2014 e artigo 9º do Decreto Federal 8538/2015, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada no município melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

7.7. Somente após o procedimento de desempate fictício, preferência local (quando houverem) e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

7.8. Classificação Geral das propostas:

7.8.1. Após a fase de lances, será promovida a **CLASSIFICAÇÃO GERAL** das propostas participantes, sendo:

a. As propostas selecionadas para fase de lance, na ordem crescente dos valores, considerando o último valor ofertado;





b. As propostas não selecionadas para fase de lance (por conta da regra disposta no artigo 4º, VIII e IX da Lei 10.520/2002), na ordem crescente dos valores.

7.8.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes da cláusula XX – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Edital.

7.8.3. Havendo eventual empate entre propostas ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a. Produzidos no País;
- b. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.8.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

VIII DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Após a fase de lance, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade.

8.2. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante (Cotação de Preços), que será juntada aos autos.

8.3. Quando necessário, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente documento contendo o detalhamento da proposta, para fins de verificação de sua exequibilidade, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para sua continuidade.





8.5. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.6. Da Negociação e Aceitabilidade do menor preço.

8.6.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora para que seja obtido melhor preço, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.7. Aceita a proposta classificada em primeiro, deverá ser verificada às condições de habilitação da respectiva licitante.

IX DA HABILITAÇÃO

9.1. Será verificada a documentação do Envelope 02 (Documentos de Habilitação) da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar.

9.1.1. **Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Administração ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.**

9.1.2. As autenticações poderão também ser efetuadas pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32 da **Lei Federal nº 8.666/93** e alterações, no ato da abertura do envelope respectivo, **desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao Representante Legal presente.**

9.2. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

a. HABILITAÇÃO JURÍDICA;

b. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;





- c. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;
- d. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA.

9.3. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d. **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

9.3.1. **Os documentos relacionados acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

9.3.2. **Os documentos relacionados acima, se já tiverem sido apresentados na fase de credenciamento deste Pregão, não precisarão constar do envelope “Documentos para Habilitação”.**

9.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de **inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral expedido pela Receita Federal;
- b. Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, nos casos em que a lei exigir, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**





- c. Prova de **regularidade** para com a **Fazenda Municipal e/ou Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de Negativa);
 - d. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de Negativa);
 - e. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
 - f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou certidão positiva com efeitos de negativa.
- 9.4.1.** As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

9.5. Relativos à Qualificação Técnica:

9.5.1. DA EMPRESA:

9.5.1.1. Registro ou inscrição na entidade Profissional competente (art. 30, I LF 8.666/93):

Registro da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM), com certificado vigente

9.5.1.2. Capacitação Técnico-Operacional (art. 30, II LF 8.666/93):

Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove (m) o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos descritos no objeto deste edital, em quantidade não inferior a 50% das





quantidades constantes do Termo de Referência, **preponderantemente em relação aos seguintes serviços:**

- Assessoria e Consultoria sobre os temas abrangidos no escopo/objeto do contrato;
- Laudo ergonômico;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Exames;
- Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho;
- Laudo de Ruído Externo;
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes.

9.5.2. **DO(S) PROFISSIONAL(IS):**

9.5.2.1. **Registro ou inscrição na entidade Profissional competente (art. 30, I LF 8.666/93):**

Inscrição na entidade profissional competente do pessoal técnico indicado no item 9.6.2.2, sendo:

- Inscrição no CREA, para Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- Registro no Ministério do Trabalho e Emprego, no caso dos Técnicos de Segurança do Trabalho;
- Inscrição no CRM, no caso dos médicos e coordenadores;
- Título de Especialização em Ergonomia (pós graduação).

9.5.2.2. **Capacitação Técnico-Profissional (art. 30, II LF 8.666/93):**

Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto, com qualificação dos membros que se responsabilizarão pelos trabalhos, composta de no mínimo 01 (um) profissional das seguintes áreas/atividades:

- Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- Técnico de Segurança do Trabalho;
- Médico;
- Ergonomista.





Deverá ser comprovado vínculo entre o Pessoal Técnico e a CONTRATADA. A comprovação far-se-á mediante: apresentação da respectiva ficha de registro de empregados ou apresentação de carteira de trabalho e previdência social, se o profissional compuser o quadro permanente da empresa; por meio da apresentação do respectivo contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou, ainda, por outro documento idôneo à demonstração de que a interessada se pode valer da capacidade técnica do(s) profissional(is) indicado(s) para a consecução do objeto da futura contratação; apresentação do contrato social em vigor, se o atestado estiver em nome de sócio ou proprietário da empresa licitante.

9.6. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. **Certidão negativa de falência e concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento; **ou Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
 - a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da **homologação/deferimento** pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, **devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado**, que comprovem a boa situação financeira da empresa. **As respectivas demonstrações financeiras** deverão estar **acompanhadas do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário** do exercício correspondente, **devidamente registrado** no órgão competente (**Junta Comercial ou órgão equivalente**).
 - b.1. Para aquelas empresas com **obrigatoriedade ou adesão voluntária de entrega do SPED**, será aceito o **Recibo de Entrega de Livro Fiscal, acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento e das Demonstrações Financeiras do último exercício social**





geradas a partir do próprio SPED, devidamente assinadas digitalmente pelo representante legal da empresa e contador;

- b.2.** Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.
- b.3.** Nos casos de Microempreendedor Individual – MEI, comprovado por meio da apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, o qual é dispensado do registro, conforme § 2º, do art. 12, da Instrução Normativa DREI nº 11, de 05/12/2013, e, conseqüentemente, do termo de abertura e encerramento, devendo apresentar somente o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.
- c.** Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros abaixo, extraídos do balanço apresentado na forma acima, a empresa deverá apresentar cumulativamente os seguintes requisitos:

- c.1.** Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um)

$$\text{ILG} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável de Longo Prazo})$$

$$/(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo de Longo Prazo}) \geq 1$$

- c.2.** Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um)

$$/\text{ILC} = (\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}) \geq 1$$

- c.3.** Grau de Endividamento = igual ou menor que 0,80

$$\text{GE} = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}) / (\text{Ativo Total}) \leq 0,80$$





- c.4. Caso os índices de análise de Balanço apresentados sejam insuficientes (não atendam os índices indicados no edital), a empresa poderá apresentar Comprovação de Capital Social Integralizado mínimo de 10% do valor do objeto contratual.
- 9.7. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 9.8. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomar o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.9. **TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR EM NOME DA LICITANTE, COM O NÚMERO DO CNPJ E RESPECTIVO ENDEREÇO, DEVENDO SER OBSERVADO O SEGUINTE:**
- a. se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
 - b. se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da **matriz**;
 - c. se a licitante for a **matriz** e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente.
- 9.10. **Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.**
- 9.11. **O Pregoeiro na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas,**





devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.12. O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio poderá diligenciar, efetuando consulta direta nos “sites” dos órgãos expedidores na Internet, para verificação de veracidade dos documentos ora obtidos.

9.12.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada, ressalvados os documentos impressos/emitidos por órgãos oficiais, passíveis de conferência nos termos previsto no item 9.14 e subitens.

9.12.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade, e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será **inabilitada**.

9.13. Não serão aceitos neste procedimento licitatório “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos”, em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

9.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.14.1. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, que apresentarem alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, terá assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.





9.15.2. A declaração da vencedora de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.15.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.16. Ata da Sessão:

9.16.1. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

X DOS RECURSOS

10.1. Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, concedendo-se o prazo de **03 (três) dias**, que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Câmara, para a apresentação das razões por meio de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

10.2. A falta de **manifestação imediata e motivada** da licitante, durante a sessão do pregão, quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.





- 10.3.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
- 10.4.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5.** Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais, bem como as contrarrazões que não forem tempestivamente protocolizadas junto à **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**.
- 10.6.** Os recursos mencionados deverão ser protocolados junto a Câmara Municipal de Barueri, situada na Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP), no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, junto à **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**, dirigidos ao Pregoeiro designado.
- 10.6.1.** Os recursos e as contrarrazões poderão ser protocolizados junto à **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos** ou encaminhados para o e-mail pregoeiro@camarabarueri.sp.gov.br.
- 10.7.** Durante os prazos para apresentação do recurso e contrarrazões, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**, na sede da Câmara Municipal de Barueri.

XI **DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA**

- 11.1.** A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no **prazo de 24 horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro.
- 11.2.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal da licitante vencedora.





- 11.3. A PROPOSTA FINAL será juntada aos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.
- 11.4. Todas as especificações do objeto contido na proposta vinculam a CONTRATADA.

XII DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará os itens do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s), homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura do instrumento contratual.

XIII DO CONTRATO

- 13.1. Homologado o certame, a licitante vencedora será convocada pela **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos** para, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato correspondente, conforme minuta constante do **Anexo VI**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 13.2. Como condição para assinatura do CONTRATO deverá ser apresentado pela empresa vencedora Declaração de conhecimento e atendimento à Política do Sistema Integrado de Gestão fundamentado nos requisitos das Normas ISO 9001:2008, SA 8000:2008 e ISO 14001:2004 (modelo **Anexo VI**).
- 13.3. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a





contratação, nos termos do inciso XXIII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.5. Será vedado à licitante vencedora ceder, sub-rogar, subcontratar ou transferir o contrato.

13.6. A empresa contratada se **obriga a manter**, durante toda a execução do instrumento contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

13.7. Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da aquisição e entrega dos produtos, de tudo dando ciência à Administração.

XIV PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O prazo para execução dos serviços e vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

14.1.1. A periodicidade para execução dos serviços, durante a vigência do contrato, deverá obedecer aos prazos e condições constantes do Termo de Referência.

14.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais períodos, desde que seja da conveniência da Câmara Municipal de Barueri, conforme previsto no artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666, de 1993.

14.2.1. Com a prorrogação da vigência do contrato, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo.





- 14.2.2.** Toda prorrogação de contrato será precedida da realização de pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.
- 14.3.** O contrato não poderá ser prorrogado, quando:
- 14.3.1.** A Contratada tiver sido declarada inidônea no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos; ou estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta do Município de Barueri, na data da prorrogação, para tanto, a Contratante consultará:
- a.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas–CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - b.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;
 - c.** Cadastro do Tribunal de Contas de São Paulo – Relação de Apenados (www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados).
- 14.3.2** A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.4** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

XV DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 15.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de sua fiscalização estão previstas no Termo de Referência e Minuta Contratual.

XVI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1.** A CONTRATADA obrigará-se a fornecer o objeto adjudicado conforme especificações,





quantitativos e condições estabelecidas nesse edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, aquelas constantes do instrumento convocatório.

- 16.2.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Minuta Contratual.

XVII DO PAGAMENTO

- 17.1.** O pagamento será efetuado em até **05 (cinco) dias úteis**, conforme cronograma apresentado no **item 04 do Termo de Referência**,
- 17.2.** O pagamento somente será efetuado após a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, ser atestada pelo gestor contratual designado.
- 17.2.1.** O pagamento fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.
- 17.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.4.** O pagamento será realizado por meio de depósito bancário em conta-corrente de titularidade da Contratada, na agência e estabelecimento bancário indicado, por boleto bancário ou em carteira.
- 17.5.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 17.6.** Em caso de eventuais atrasos de pagamento, se solicitado e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:





EM = $I \times N \times VP$ Sendo:

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula $I=(6/100)/365$

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da parcela em atraso.

XVIII DO REAJUSTE

- 18.1.** O preço deverá prever todos os custos e despesas diretas e indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto constante no Termo de Referência anexo, tais como: tributos e impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.
- 18.2.** Nos termos da legislação vigente, os preços poderão ser reajustáveis após 12 (doze) meses de vigência contratual, pela variação do **IGPM/FGV**, tomando-se por mês base para o cálculo o da entrega a proposta, desde que solicitado formalmente pela CONTRATADA.
- 18.3.** Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

XIX DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 19.1.** As despesas para execução do contrato correrão por conta da seguinte dotação:
3.3.90.39.99 – Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica.
- 19.2.** Poderão ser utilizadas dos recursos de exercícios futuros.

XX DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:





- a. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b. Apresentar documentação falsa;
- c. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d. Ensejar retardamento na execução do objeto;
- e. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- f. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo;
- h. Cometer fraude fiscal;
- i. Fizer declaração falsa;

20.1.1. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total de sua proposta.

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Câmara Municipal de Barueri, pelo prazo de até cinco anos;

20.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Contratante caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato.

20.3. O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da **Lei Federal 8.666/93** e no artigo 7º da **Lei Federal 10.520/02**, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, as seguintes penalidades:





- a. multa de **0,5%** do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;
 - b. multa de **10%** sobre o valor remanescente do contrato ou instrumento equivalente, para atraso superior a 10 (dez) dias, caracterizando-se inexecução parcial;
 - c. multa de **20%** do valor do contrato, para casos de inexecução total.
- 20.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.6.** As multas serão recolhidas em favor da Câmara Municipal de Barueri, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.6.1.** O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo Contratante e/ou da garantia prestada pela empresa contratada, quando por esta solicitada.
- 20.7.** O pagamento das multas ou a dedução dos créditos não exime a Contratada do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento.
- 20.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal de Barueri.
- 20.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 20.10.** Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelo Contratante.
- 20.10.1.** Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público,





guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

- 20.11.** O pedido de prorrogação de prazo final da entrega de objeto somente será apreciado e anuído pela Contratante, se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

XXI DAS IMPUGNAÇÕES

- 21.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

21.1.1. Os pedidos de impugnações poderão ser protocolizados junto à **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos** ou encaminhados para o e-mail pregoeiro@camarabarueri.sp.gov.br.

- 21.2.** Acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame, bem como nos casos de alteração do texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, pelos mesmos instrumentos de publicação que se deu o texto original.

- 21.3.** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

XXII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1.** É facultada ao Pregoeiro, Equipe de Apoio ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.





- 22.2. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**
- 22.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.4.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, com fulcro no art. 49 da Lei de Licitações.
- 22.5.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, bem como de todas as declarações e a Câmara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.8.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.9.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 22.10.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos na Câmara Municipal de Barueri, na **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**, situada na Alameda Wagih Salles





Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP), no horário das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, telefax (11) 4199-7900.

- 22.10.1.** O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.barueri.sp.leg.br. ou estará disponível na **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**, mediante apresentação de dispositivo eletrônico para gravação.
- 22.11.** As Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser requeridas por escrito na Câmara Municipal de Barueri, no e-mail pregoeiro@camarabarueri.sp.gov.br, e os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos**.
- 22.12.** Toda comunicação oficial ocorrerá por e-mail ou por publicação, nos termos da legislação.
- 22.13.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e 147, de 2014, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
- 22.14.** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelas licitantes presentes que assim o desejarem.
- 22.15.** Após a celebração do instrumento contratual com a respectiva publicação, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de 05 (cinco) dias, findo o qual todos serão inutilizados.
- 22.16.** No caso da sessão do Pregão Presencial vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda fechados e com as rubricas aos participantes, na subseqüente sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.
- 22.17.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

36

- 22.18.** No caso de não haver tempo hábil para conclusão dos trabalhos, a sessão poderá ser suspensa e reiniciada no dia útil subsequente.
- 22.19.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será competente o foro da Comarca de Barueri, com exclusão de qualquer outro.

Barueri, 10 de setembro de 2019.

LEANDRO PAULINO MUSSIO

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

FLAVIA CAVALEIRO RODRIGUES

Pregoeira da Câmara Municipal de Barueri





PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

01 **OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada na área de Saúde e Segurança Ocupacional, com a finalidade de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, para prestação de serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos Programas relacionados à Segurança e Saúde Ocupacional, atendendo aos requisitos técnicos e legais prescritos pelas Normas Regulamentadoras - NR existentes, Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Lei Complementar 277 de 11 de outubro de 2011, Lei Complementar n.º 414 de 20 de outubro de 2017 (*Lei de Cargos e Salários, que justifica também o exame periódico durante o estágio probatório*), Constituição Federal, bem como toda e qualquer instrução legal concernentes às orientações que visem evitar ou controlar o agravo da saúde laborativa, garantir a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, monitoramento e controle de riscos ocupacionais, abrangendo toda a vida laborativa do servidor, desde sua admissão até seu desligamento, amparados pelos aspectos legais aplicáveis, **incluindo as regras do programa E-social, do Governo Federal, com o qual todas as ações da CONTRATADA deverão estar alinhadas, em razão da obrigatoriedade a partir de 01/2019 para os órgãos públicos.**

1.1.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão abranger:

- Assessoria e Consultoria sobre os temas abrangidos no escopo/objeto do contrato;
- Laudo ergonômico;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho;
- Laudo de Ruído Externo e Avaliação;
- Análise Ergonômica do Trabalho – AET;
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes.





02 **JUSTIFICATIVA**

- 2.1. A contratação nos moldes propostos visa cumprir a legislação sobre SSO, de modo a evitar ou controlar o agravo da saúde laborativa, garantir a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, monitorar e controlar riscos ocupacionais, abrangendo toda a vida laborativa do servidor, desde sua admissão até seu desligamento.

03 **DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO:**

3.1. **Laudo Ergonômico**

- I. Elaboração de documento analítico sobre a avaliação de fatores de risco ergonômico em cada posto de trabalho e sua relação com a atividade desenvolvida, com a finalidade de corrigir e prevenir situações que possam ocasionar doenças ocupacionais;
- II. Da análise devem constar as características do ambiente do trabalho que devem ser adequadas, como posicionamento de móveis, utensílios e máquinas que necessitem operação profissional;
- III. A análise deve incluir o estudo das atribuições de cada cargo, as tarefas desenvolvidas por setor, em conjunto com as condições do ambiente e sua relação com a demanda de trabalho, intervalos de duração e infraestrutura disponível na Câmara. A partir da avaliação, a contratada deverá sugerir possíveis melhorias de acordo com a legislação vigente, sobretudo a Norma Regulamentadora n.º 17, do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.2. **PPRA: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais**

- I. Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme disposições da Norma Regulamentadora n.º 09, com a finalidade de preservar a saúde e integridade física dos servidores;
- II. Análise de conformidade com orientações emitidas pelo Ministério do Trabalho, Previdência Social, bem como legislação municipal e normas específicas relativas à atividade desenvolvida, as quais devem ser consultadas previamente pela entidade que realizará os serviços, resultando em levantamento minucioso sobre as condições relativas a riscos ambientais, bem como agentes causadores, meios e condições de proteção;
- III. Estabelecimento dos parâmetros de atuação e responsabilidades da Câmara e da empresa sobre a identificação dos riscos e demais constatações obtidas durante a verificação, a ser realizada com base nas informações previamente colhidas junto à





Câmara, sendo que a empresa a ser contratada deve acompanhar e assessorar o cumprimento das ações previstas no programa;

Elaborar os Mapas de Riscos das dependências da Câmara que devem ser entregues juntamente com o laudo, sendo que estes devem ser individualizados por setor de trabalho, sujeita a orientações da CIPA, observando que o arquivo digital dos Mapas de Riscos deverá ser entregue em conjunto com os documentos físicos. A Câmara Municipal de Barueri, ao decidir estrategicamente pela implementação de um Sistema Integrado de Gestão, incrementando a certificação ISO 9001 de qualidade, a certificação SA 8000 de responsabilidade social e a certificação ISO 14001 de gestão ambiental, implicitamente adotou como filosofia de gestão de pessoas, promovendo a melhoria contínua de suas ações, relações e ambiente de trabalho.

3.3. PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

- I. Elaboração de documento que servirá como base para todas as atividades de controle médico ocupacional de cada servidor da Câmara Municipal de Barueri, de acordo com os laudos técnicos adequados à atividade desenvolvida no Legislativo, abordando o reconhecimento e avaliação de riscos ocupacionais;
- II. Estabelecimento de necessidades e periodicidade dos exames clínicos e específicos/complementares, de acordo com a exposição de cada função e setor;
- III. Administração e realização dos exames clínicos e específicos complementares a serem descritos e quantificados, de acordo com as funções e setores envolvidos, incluindo os admissionais, demissionais, alteração de função, retorno ao trabalho, periódicos, avaliação de capacidade ou incapacidade laborativa;
- IV. Os exames descritos no Anexo I se referem àqueles constantes no PCMSO vigente, que foram realizados no último ano, relacionados apenas para efeito de informação, não sendo necessariamente aqueles que deverão constar no novo PCMSO, o qual deverá ser elaborado de acordo com a avaliação técnica da empresa que prestará os serviços;
- V. O quantitativo informado no Anexo I é estimativo e presta-se somente como referência para elaboração da proposta, não se obrigando a Câmara Municipal de Barueri a utilizar a quantidade estimada exata;
- VI. Todos os exames aos quais o servidor será submetido, deverão ser realizados, preferencialmente, dentro do município de Barueri. Caso a empresa vencedora não possua convênios com empresas nesta localidade, as clínicas conveniadas não poderão





ultrapassar o limite de deslocamento dos servidores de 08 Km. A empresa deverá, no ato da entrega dos envelopes, indicar o nome e o endereço das clínicas onde serão realizados os exames;

VII. As solicitações da Câmara Municipal, relativas ao agendamento de exames, deverão ser atendidas no prazo máximo de 18 horas;

VIII. A contratada deverá obrigatoriamente disponibilizar 02 (duas) clínicas, cujo horário de atendimento aos servidores deverá ser de segundas às sextas-feiras, das 08h00 às 17h00;

IX. No decorrer da execução contratual, caso a contratada necessite alterar o local para realização dos exames, não poderá fazê-lo sem antes informar e obter a anuência formal da Câmara Municipal de Barueri;

X. A empresa também deverá realizar o gerenciamento dos prontuários médicos ocupacionais de cada servidor, disponibilizando-os caso o contrato seja encerrado; para tanto, deverá haver um repasse de informações entre as empresas responsáveis;

XI. A empresa deverá apresentar conclusões sobre o programa como um todo, por profissional habilitado pela contratada, incluindo cronogramas de atividades sugeridas, materiais necessários à manutenção do programa, os quais deverão ser adquiridos pela Câmara, orientações e recomendações sobre medicina preventiva constantes do programa, bem como orientação quanto às medidas corretivas;

XII. Para fins de elaboração do PCMSO, a quantidade estimada de servidores ativos atualmente na Câmara é de 270 pessoas;

XIII. Com base na movimentação funcional dos últimos 06 meses, estima-se uma rotatividade de 05 admissões e 05 demissões mensais, 01 retorno ao trabalho a cada bimestre e 01 mudanças de função a cada semestre;

XIV. Bimestralmente, a Câmara poderá solicitar um médico para efetuar acompanhamentos de rotina, preventivos e de monitoramento aos colaboradores, organizados por agendamento prévio entre a Câmara e a empresa responsável;

XV. Em situações esporádicas, cuja demanda por exames clínicos ultrapassem o escalonamento habitual, a empresa deverá disponibilizar um médico para que realize o atendimento na sede da Câmara Municipal de Barueri.





3.3.1. Estimativa de exames, conforme PCMSO vigente:

EXAME	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
Eletrocardiograma	12
Eletroencefalograma	12
Audiometria	27
Hemograma Completo com Plaquetas	40
VDRL	12
PPF - Protoparasitológico de fezes	10
Coprocultura	10
Raio X de Tórax P.A.	10
Acuidade Visual	16
Glicemia	08
TGO	16
TGP	16
Espirometria	07
Ácido Hipúrico	07
Ácido Metil Hipúrico	07
Avaliação de Fatores Psicossociais	07
Exames clínicos	275

3.4. PPP: Perfil Profissiográfico Previdenciário

- I. Emissão de PPP sempre que houver desligamento de servidor, de modo a atender as orientações emitidas pela Previdência Social. O documento deverá ser entregue juntamente ao Atestado de Saúde Ocupacional do servidor desligado;
- II. O documento deve acompanhar e conter dados das avaliações técnicas realizadas no ambiente de trabalho da Câmara, bem como as informações provenientes do acompanhamento médico do servidor, atualizando e mantendo os dados, de forma que todas as informações sobre o meio e a interação do servidor com sua atividade sejam abordadas, para que todos os pontos sejam integrados, resultando em informações fidedignas ao período laboral do servidor.





III. Estimativa referente à rotatividade de demissões para cálculo do PPP:

- Período referência: **01/06/2018 – 31/05/2019**
- Previsão anual = 70 desligamentos)
- Previsão Mensal: Aproximadamente 6 desligamentos mensais.
- Previsão de troca de Legislatura: Aproximadamente 80 desligamentos no mês de janeiro, devido a renovação de vereadores, que ocorre a cada 04 (quatro) anos.

3.5. LTCAT: Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho

- I. Emissão de laudo com a finalidade de verificar a ocorrência de situações de insalubridade/periculosidade, através do levantamento dos riscos ambientais no local de trabalho e deve ser atualizado anualmente ou sempre que houver modificações dos métodos e dos processos de trabalho, dos maquinários, construções e reformas;
- II. O objetivo da avaliação deverá ser pautado na expressão da extensão dos trabalhos executados, necessariamente, em laudos distintos, abrangendo a caracterização das ocorrências de trabalhos em condições insalubres ou perigosas, em conformidade com as NRs 15, 16 da Portaria MTE 3.214/78 e do Decreto nº 93.214, de 14 de outubro de 1986, abrangendo análise dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, bem como as legislações vigentes quando da celebração da prestação dos serviços.

3.5.1. As ações do LTCAT contemplam os seguintes serviços:

- a. Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados pela Câmara Municipal de Barueri;
- b. Identificação dos respectivos riscos ocupacionais e seus agentes nocivos;
- c. Medições dos agentes nocivos identificados, com equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais;
- d. Análise da eficácia dos EPIs e EPCs, quando e se utilizados;
- e. Qualificação da Insalubridade e ou Periculosidade, respectivo percentual de pagamento e enquadramento com relação à aposentadoria especial (INSS).
- f. O LTCAT (Laudo de Insalubridade e Periculosidade) será o documento que irá avaliar qualitativa e quantitativamente os riscos ambientais, bem como estabelecendo o enquadramento das atividades em: salubres, insalubres, perigosas e aposentadoria especial.





3.5.2. O conteúdo básico dos LTCAT deverá contemplar:

- a. Descrição por extenso do título do documento e identificação da entidade emitente, cujos dados devem ser emitidos separadamente do PPRA e do PCMSO, em formulário próprio;
- b. Identificação do estabelecimento indicando CNPJ, endereço, nome, atividade, grau de risco, número de servidores (quantificação de homens e mulheres) e horário de trabalho;
- c. O objetivo da avaliação é expressar a extensão dos trabalhos executados necessariamente, abrangendo a caracterização das ocorrências de trabalhos em condições insalubres ou perigosas, em conformidade com as NRs 15 e 16 da Portaria MTE 3.214/78 e Decreto nº 93.412, de 14 de outubro de 1986, bem como as legislações vigentes, obrigando-se a prestadora a atualizar possíveis alterações, por meio de informativos formais à Câmara Municipal de Barueri, dentro de todo o período da vigência da prestação dos serviços;
- d. Descrição das dependências e instalações periciadas;
- e. Descrição das atividades periciadas, abrangendo a função e o quantitativo dos servidores periciados;
- f. Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de riscos (químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes), necessariamente descrevendo a metodologia de ação e critérios técnicos adotados, identificados nos ambientes de trabalho;
- g. Análise qualitativa e quantitativa dos agentes acima citados, contendo a descrição da metodologia de ação, critérios técnicos e a instrumentação utilizada, necessariamente abrangendo para os estabelecimentos de armazenamento, a medição de ruídos, calor, concentração de poeiras e dos agentes químicos;
- h. Identificação de proteção individual e coletiva, contendo descritivo dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs utilizados mediante consignação do número do Certificado de Aprovação – CA e da avaliação do nível de eficácia de proteção, indicando, inclusive se o EPI e o EPC são eficazes na proteção aos agentes de risco detectados, concluindo com “sim” ou “não”;





- i. Fundamentação científica e abordagem sobre a legislação pertinente sobre os riscos identificados, na apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores dos correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal;
- j. Proposição de Medidas de Controle para o Ambiente Avaliado, estipulando prazos para adoção do controle dos riscos, bem como acompanhamento sistemático da eficácia das medidas;
- k. Disponibilização no formato da ABNT sobre a bibliografia consultada;
- l. Nome e identificação profissional do responsável pela elaboração do laudo, informando NIT, PIS/PASEP e o número de registro no respectivo conselho.

3.5.3. Portaria nº 3.311, de 29 de novembro de 1989 do MTE

- a. Para elaboração de laudos de insalubridade e periculosidade, devem ser observados os concernentes, incluindo as instruções da Portaria nº 3311/1989 MTE. Na fase de avaliação quantitativa, que compreende a medição do risco, deve-se guardar atenção especial à essência do risco e ao tempo de exposição;
- b. A empresa a ser contratada deve estabelecer convicção firmada de que os tempos de exposição, se somados, configuram uma situação intermitente ou contínua, a ser apresentado em laudo conclusivo e indicativo de possíveis pagamentos de adicionais aos servidores envolvidos, resguardando os limites de tolerância estipulados para o risco grave e iminente.

3.5.4. Laudo de Insalubridade - NR-15

- a. A empresa deverá, em especial, realizar as avaliações de calor e ruído e os cálculos, conforme prescrevem os limites de tolerância da NR-15, avaliando:
 - a.1. As operações realizadas na Copa e na Cozinha, tais como o uso fogão, panelões, forno e fritadeiras, verificando a ocorrência e intermitência nos postos de trabalho e a exposição aos agentes;
 - a.2. Avaliação de ruído em atividades específicas da Câmara, sobretudo as realizadas na área de reprografia e manutenção;
- b. Além daquelas realizadas por ocasião das medições anuais, poderá ocorrer a demanda de avaliações esporádicas de calor e ruído, cujos valores





deverão ser descritos na planilha descritiva e quantitativa, porém que podem não ser realizadas caso não houver solicitações extraordinárias.

3.6. Laudo de Ruído Externo e Avaliação

- I. Avaliação de Ruído Externo: avaliação quantitativa de ruídos gerados pela Câmara e por seu Gerador de Energia, que afetem arredores ou localidades próximas, cujos parâmetros devem estar com base na Norma ABNT - NRB 10.151.
- II. Elaboração de laudo que expresse o parecer da avaliação de Ruído Externo devendo seguir os parâmetros da Norma ABNT - NRB 10.151, e com instrumento calibrado atendendo à IEC 651 e IEC 61.672.

3.7. Análise Ergonômica do Trabalho – AET

- I. Elaboração de Análise Ergonômica do Trabalho – AET, conforme Norma Regulamentadora NR-17, consistindo num estudo detalhado dos postos de trabalho com a finalidade de detectar os fatores de riscos ocupacionais capazes de fornecer subsídios para soluções ergonômicas para a Câmara Municipal de Barueri, buscando a melhoria do conforto, saúde e segurança dos servidores.
- II. A partir da análise, deve-se realizar intervenções individualizadas para todos os postos de trabalho/servidor, apresentando indicação de medidas ergonômicas que visem a melhoria do espaço físico e dinâmico de trabalho que minimizem ou neutralizem o desenvolvimento de LER/DORT (doenças causadas por esforço repetitivo tais como tendinites, bursites etc.) ou outras doenças, por meio de adaptação das condições do trabalho às características psicofisiológicas do trabalhador, de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança e maximização do desempenho.
- III. As intervenções deverão ser realizadas por fisioterapeuta ou profissional habilitado para a tarefa apresentada, com especialização em Ergonomia, por meio de entrevistas e análises posturais, do exercício de atividade no local, executando serviço de foto e filmagem, caso necessário, incluindo questões como:
 - a. Análise do ambiente e mobiliário;
 - b. Antropometria;
 - c. Análise da descrição das tarefas;
 - d. Postura adotada para execução da atividade;





- e. Análise biomecânica (análise ergonômica do processo);
- f. Aplicação de ferramentas ergonômicas para avaliar o risco ergonômico do posto;
- g. Diagnóstico do posto e;
- h. Recomendações e sugestões de melhorias.

3.8. SIPAT: Semana Interna de Prevenção de Acidentes

- I. A empresa CONTRATADA deverá desenvolver conjuntamente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Câmara Municipal de Barueri, a realização da SIPAT, cujo objetivo é conscientizar os empregados sobre a saúde e segurança no trabalho, além da prevenção de acidentes;
- II. A empresa CONTRATADA deverá realizar, no último dia da SIPAT, o "DIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI", com atividades e palestras voltadas ao tema, que deverão ser previamente acordadas com a CIPA e Gestão Integrada;
- III. Durante a semana de programação desse evento, deverão ser realizadas atividades envolvendo todos os servidores com o objetivo de promover a conscientização, com foco em temas definidos pela CIPA-CMB. Entre as atividades estão palestras, treinamentos, avaliações médicas, atividades lúdicas, entre outras; deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA todos os recursos necessários para os serviços previstos neste subitem;
- IV. O prazo máximo de planejamento, até sua realização, será de três meses de antecedência, sendo que a semana da SIPAT deverá conter obrigatoriamente:
 - a. A divulgação da semana da SIPAT nos diversos ambientes da CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI através de faixas, banners, panfletos, internet, e-mails e intranet com pelo menos 10 dias úteis de antecedência ao evento (os arquivos digitais gerados também deverão ser entregues);
 - b. Intervenção itinerante junto aos servidores em seus locais de trabalho, convidando e conscientizando a todos sobre a importância da participação na SIPAT;
 - c. Realização de ações lúdicas visando envolver os servidores, incluindo a distribuição de 350 garrafas squeeze de inox ou 350 canecas de porcelana como brindes de participação e interação. O brinde definido deverá ter estampa com o logotipo da Câmara, da SIPAT e ano de realização.
 - d. Realização de Palestras com temas escolhidos pela CIPA e Gestão Integrada, que sejam ministradas por profissionais que comprovem conhecimento sobre os temas a





serem abordados, que incluem desde os assuntos pertinentes a SIPAT, como também aqueles relacionados a Responsabilidade Social, Gestão Ambiental e Gestão da Qualidade nos moldes das normas SA8000, ISO14001 e ISO9001, considerando ainda:

- ✓ Motivação
 - ✓ Qualidade de Vida
 - ✓ Alcoolismo, Tabagismo e Outras Drogas
 - ✓ Estresse e Qualidade de Vida
 - ✓ Segurança no Trabalho
 - ✓ Meio Ambiente
 - ✓ Sexualidade
 - ✓ Saúde: Como Mantê-la nos Dias Atuais
 - ✓ Higiene Pessoal
 - ✓ Ergonomia
 - ✓ Direção Defensiva - Acidentes de Trajeto
 - ✓ Primeiros Socorros
 - ✓ Prevenção de Acidentes Domésticos
 - ✓ Orçamento Doméstico (Educação Financeira)
 - ✓ Superando dificuldades
- e. Na SIPAT, do 1º ao 5º dia, deverão ser oferecidas, em número mínimo de 03 (três), a serem definidas pela Câmara Municipal de Barueri, ações como:
- ✓ Reflexologia
 - ✓ Acupuntura
 - ✓ Caricaturas
 - ✓ Teatro
 - ✓ *Quick Massage*
 - ✓ Exames médicos para aferição de glicemia, pressão arterial, medida de peso, cálculo do IMC.
- f. Estas atividades são independentes e não afetam aquelas a serem realizadas no Dia da Responsabilidade Social.

3.8.1. As atividades e cronograma da SIPAT e "DIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI", deverão conter, minimamente, as seguintes atividades, por conta da CONTRATADA:

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES





2ª Feira

- Abertura da SIPAT CMB (Horário: 9h00);
- Realização e Premiação dos Vencedores do Concurso de Frases para escolha do tema da SIPAT - Horário: 10h00;
- Palestra Itinerante (Teatro) - Horário: a partir das 10h30min (Tema a definir);
- 3 Profissionais para realização de Quick Massage, e/ou Reflexologia Podal (Horário: das 09h00 às 16h00);
- 1 Palestra - Horário: das 15h00 às 16h00 (Tema a definir).

3ª Feira

- Patrulha da Saúde - Horário: das 08h00 às 11h00 (Exames médicos para aferição de glicemia, pressão arterial, medida de peso, cálculo do IMC);
- 3 Profissionais para realização de Quick Massage, e/ou Reflexologia Podal (Horário: das 09h00 às 16h00);
- 1 Palestra - Horário: das 15h00 às 16h00 (Tema a definir).

4ª Feira

- 3 Profissionais para realização de Quick Massage, e/ou Reflexologia Podal (Horário: das 09h00 às 16h00);
- 2 Palestras - Horários: das 10h00 às 11h00; e das 14h00 às 15h00 (Temas a definir).

5ª Feira

- Cartoon - Caricaturas feitas em papel (Horário: das 09h00 às 16h00);
- 3 Profissionais para realização de Quick Massage, e/ou Reflexologia Podal (Horário: das 09h00 às 16h00);
- 2 Palestras - Horários: das 10h00 às 11h00; e das 14h00 às 15h00 (Temas a definir).

6ª Feira (Dia da Responsabilidade Social)

- Abertura do Evento (Local: Hall, Horário: às 09h00);
- 2 Palestras Teatrais (Motivacionais) - Horários: das 10h00 às 11h00; e das 14h00 às 15h00 (Temas a definir);
- Consulta & Controle Médico, com um médico à disposição da Câmara das 09h00 às 16h00, para realização de consulta médica;





- 3 Profissionais para realização de Quick Massage, e/ou Reflexologia Podal (Horário: das 09h00 às 16h00);
- Pipoca & Algodão Doce (à vontade, das 09h00 às 16h00);
- Cama Elástica & Piscina de Bolinhas, das 09h00 às 16h00;
- Encerramento do Evento (Local: Plenário, Horário: às 16h30).

04 **CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:**

Os serviços serão pagos **conforme cronograma de pagamento a seguir:**

SERVIÇOS	PAGAMENTO
Serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos Programas relacionados à Segurança e Saúde Ocupacional	Mensalmente (valor fixo) Até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
<ul style="list-style-type: none">• Exames relativos ao PCMSO (item 3.3.1 do Termo de Referência)• PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário Serão pagos os exames/laudos PPP realizados durante o respectivo mês.	Mensalmente Até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
<ul style="list-style-type: none">• Laudo ergonômico• PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais• PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional• LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho;• Laudo de Ruído Externo;• Análise Ergonômica do Trabalho – AET;• SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes.	Uma única vez Até o 5º dia útil após execução dos serviços e emissão da respectiva Nota Fiscal.





05 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1 O recebimento do objeto poderá ocorrer de forma fracionada, sendo que sua totalidade deverá atender o prazo de entrega total de 12 (doze) meses.

06 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato para elaboração de todos os laudos e; imediatamente para realização de Exames clínicos e específicos, conforme laudos anteriores, de posse da Câmara, que deverão ser repassados ao vencedor da Licitação;
- 6.2. Entregar os Programas obrigatórios (PCMSO, PPRA, LTCAT, Laudo de Ruído Externo, Laudo Ergonômico) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato;
- 6.3. Realizar os exames admissional, demissional, periódico, mudança de função, validação e acompanhamento de CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, exames de retorno ao trabalho e complementares, para todos os servidores, conforme descrito no Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
- 6.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação;
- 6.5. Cumprir os demais serviços constantes na proposta e no projeto apresentado na licitação;
- 6.6. Atender às orientações e as determinações dos gestores do contrato;
- 6.7. Os gestores do contrato deverão ser divididos conforme destinação e finalidade com o objeto:
- Cabe à Gestão Integrada gerenciar as atividades relacionadas à sua área de atuação, aquelas determinadas pelas análises técnicas constantes dos laudos, bem como todas as outras atribuídas pelos superiores hierárquicos;
 - Cabe à Divisão de Gestão de Pessoas gerenciar os Exames Médicos Clínicos e Específicos, Atestado de Saúde Ocupacional para Manutenção Periódica, Admissão e Exoneração de Servidores;
 - Cabe à CIPA gerenciar e conduzir os trabalhos da SIPAT, bem como atribuições inerentes a sua área de atuação.





07 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do **art. 67 da Lei nº 8.666/93**, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- 7.3. À CONTRATANTE caberá o **recebimento do objeto e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências, dando-se em conformidade com o artigo 73, inciso I, da Lei nº 8.666/93.**
- 7.4. Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para a adequada prestação dos serviços.
- 7.5. Verificar, durante a vigência do contrato, a regularidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.
- 7.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações.
- 7.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.8. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar rigorosa conferência das características dos serviços.
- 7.9. Efetuar o pagamento no preço e condições pactuadas.

08 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem-se na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser observado o disposto nos **artigos 58, inciso III, 66, 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.**
- 8.2. O gestor do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida, no tocante de suas atribuições, podendo, inclusive, culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos **artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.**
- 8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:





- a. Os resultados alcançados em relação aos serviços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada.
 - b. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida.
 - c. Verificar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.
- 8.4.** A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI.
- 8.5.** À CONTRATANTE será reservado o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com esse Termo de Referência, devendo a CONTRATADA refazer os serviços rejeitados sem ônus adicionais.

09. DOS PRAZOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1.** O prazo para execução dos serviços e vigência do contrato é de **12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.**





PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Câmara Municipal de Barueri

Ref.: **Licitação PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019**

Apresentamos a Vossa Senhoria a proposta de preços da nossa empresa, detalhada neste ANEXO, **objetivando a contratação de empresa especializada na área de Saúde e Segurança Ocupacional com a finalidade de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, para prestação de serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos programas relacionados à segurança e saúde ocupacional, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, de que trata o PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019**, declarando que o objeto ofertado está de acordo com todas as condições, especificações e características previstas no Termo de Referência, no Instrumento Convocatório e seus Anexos, nos responsabilizando pela proposta apresentada e veracidade das informações prestadas.

PLANILHA 01 - DESCRITIVA E QUANTITATIVA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	12	mês	Serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos Programas relacionados à Segurança e Saúde Ocupacional, atendendo aos requisitos técnicos e legais prescritos pela Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, bem como toda e qualquer instrução legal e orientações que visem evitar ou controlar o agravo da saúde laborativa. Conforme item 1.1. do Termo de Referência		
VALOR TOTAL					





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

54

PLANILHA 02 – SERVIÇOS RELATIVO AOS LAUDOS, AVALIAÇÕES A ATIVIDADES SIPAT:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	01	-	Elaboração de Laudo Ergonômico, de acordo com a Norma Regulamentadora (NR17), do Ministério de Trabalho e Emprego; Conforme memorial descritivo item 3.1.		
03	01	-	Elaboração de PPRÁ–Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com a Norma Regulamentadora (NR09), do Ministério do Trabalho e Emprego; Conforme memorial descritivo item 3.2.		
04	01	-	Elaboração de PCMSO–Programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), de acordo com a Norma Regulamentadora (NR 07) do Ministério do Trabalho e Emprego; Conforme memorial descritivo item 3.3.		
05	01	-	PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário NOTA: Estimativa referente à rotatividade de demissões para cálculo do PPP: <ul style="list-style-type: none">• Anual: 70 desligamentos• Mensal: Aproximadamente 06 desligamentos• Previsão de troca de Legislatura: Aproximadamente 80 desligamentos no mês de janeiro, devido a renovação de vereadores, que ocorre a cada 04 (quatro) anos. Conforme memorial descritivo item 3.4		
06	01	-	LTCAT: Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho. Conforme memorial descritivo item 3.5		





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

55

07	02	-	Avaliação de Calor (IBUTG) Conforme memorial descritivo item 3.5.2.G		
08	03	-	Avaliação de Ruído Conforme memorial descritivo item 3.5.2.G		
09	03	-	Laudo Técnico de Avaliação do Ruído interno/externo em Áreas Habilitadas, Visando o Conforto da Comunidade, Segundo A Nbr 10.151: 2000/ABNT. Conforme memorial descritivo item 3.6		
10	01	-	Análise Ergonômica do Trabalho – EAT Conforme memorial descritivo item 3.7		
11	01	-	SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes Conforme memorial descritivo item 3.8		
VALOR TOTAL					

PLANILHA 03 – PLANILHA DESCRITIVA E QUANTITATIVA DE EXAMES (ITEM 3.3.1)

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	12	Unid.	Eletrocardiograma		
02	12	Unid.	Eletroencefalograma		
03	27	Unid.	Audiometria		
04	40	Unid.	Hemograma Completo com Plaquetas		
05	12	Unid.	VDRL		
06	10	Unid.	PPF - Protoparasitológico de fezes		
07	10	Unid.	Coprocultura		
08	10	Unid.	Raio X de Tórax P.A.		
09	16	Unid.	Acuidade Visual		
10	08	Unid.	Glicemia		
11	16	Unid.	TGO		
12	16	Unid.	TGP		
13	07	Unid.	Espirometria		





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

56

14	07	Unid.	Ácido Hipúrico		
15	07	Unid.	Ácido Metil Hipúrico		
16	07	Unid.	Avaliação de Fatores Psicossociais		
17	275	Unid.	Exames clínicos		
VALOR TOTAL					
VALOR GLOBAL (PLANILHA 01 + PLANILHA 02 + PLANILHA 03)					

DAS DECLARAÇÕES:

Declaramos não existir nenhum fato impeditivo que obste esta empresa a contratar com a Administração Pública.

Declaramos, também, não existir em nosso quadro de pessoal, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze, consoante inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Declaramos, por fim, sob as penas da lei, que inexistem em seus quadros de sócio-administrador, gerentes ou diretores que sejam servidores da Câmara Municipal de Barueri, bem como, de nenhum titular de mandato eletivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Barueri.

DOS DADOS:

- Dados da empresa:

Razão Social:	
CNPJ:	
Inscrição Estadual:	Inscrição Municipal:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

- Nome do Representante Legal da empresa:

Nome:	
RG:	CPF:
Telefone:	E-mail:





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

57

Prazo de validade da proposta: _____

Nome do banco: _____

Número da agência _____ Nº conta-corrente _____

Nome do proponente (pessoa jurídica) _____

Local, data.

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO EMPRESA





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

58

PREGÃO PRESENCIAL N.017/2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, cumprir plenamente os Requisitos de Habilitação estabelecidos no Edital.

NOME/RAZÃO SOCIAL:

Representante Legal: _____, RG _____, CPF

_____, cargo que ocupa_____.

Local, data.

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO EMPRESA





PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(modelo sugerido)

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, é **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II, §§ 1º e 2º, e **que no decorrer do último mês não houve desenquadramento de sua condição**, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, e atualizações da **Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014**, cujos termos declaram conhecer na íntegra, **estando apta**, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate, e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no procedimento licitatório do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019**, realizado pela Câmara Municipal de Barueri.

Local, data.

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO EMPRESA

OBS: A declaração deverá ser digitada em papel timbrado da empresa com o carimbo onde conste o nome da empresa, endereço, e o nº do CNPJ.





PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO V

TERMO DE CONHECIMENTO E ADESÃO

Declaramos conhecer a Política do Sistema Integrado de Gestão fundamentado nos requisitos das **Normas ISO 9001, SA 8000 e ISO 14001** e, ainda, a Política de Ação de Reparação para os casos de jovem trabalhador, trabalho infantil e trabalho forçado, disponíveis no site www.barueri.sp.leg.br e, na qualidade de FORNECEDOR, expressamos nossa adesão aos seus princípios.

Concordamos em prestar informações à Câmara Municipal de Barueri no que se diz respeito às **relações de negócios relevantes com outros fornecedores/subcontratados e subfornecedores**, se necessário.

Em decorrência, assumimos a responsabilidade de atender aos requisitos de **trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança ocupacional, liberdade de associação e direito a negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho e remuneração e sistemas gerenciais**, como previsto pela Norma SA 8000.

NOME DA EMPRESA: _____

NOME DO REPRESENTANTE: _____

ASSINATURA: _____

Local, data.

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO EMPRESA





PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI E A EMPRESA

Pelo presente termo de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI**, com sede na Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.289.000/0001-30, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. **FABIO LUIZ DA SILVA RHORMENS**, portador da cédula de identidade RG n.º 25.427.551-5 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF n.º 199.296.138-70, representado pelo Secretário Geral, Sr. **JONAS DA SILVA GOMES**, brasileiro, maior, RG n.º 25.427.551-5 SSP/SP, e inscrito no CPF 328.914.068-77, conforme delegado pela Portaria n.º 070/2019, ora denominada simplesmente de **CÂMARA** ou **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa, com sede à, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º e inscrição Estadual n.º, neste ato representada pelo seu, (qualificação), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019** e seu resultado final, com fundamento na Lei 8.666/93, e demais legislações correlatas, resolve celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

01 DO OBJETO

1.1. **Contratação de empresa especializada na área de Saúde e Segurança Ocupacional com a finalidade de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, para prestação de serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos programas relacionados à segurança e saúde ocupacional, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, de que trata o PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019.**

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.





02 DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1 O regime de execução do objeto é o de **empreitada por preço global**, conforme previsto no artigo 10, inciso II, alínea a da Lei 8.666/93.

03 DAS OBRIGAÇÕES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

- 3.1 A CONTRATADA obrigará-se a executar o objeto adjudicado conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nesse Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, aquelas constantes do instrumento convocatório.
- 3.1.1 As condições de execução do objeto estão estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do instrumento convocatório.
- 3.2 Constatadas quaisquer irregularidades no objeto recebido, a CONTRATANTE poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, se não corresponder às especificações exigidas; determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis
- 3.3 Os profissionais da empresa CONTRATADA não guardarão qualquer vínculo com a Câmara Municipal de Barueri, seja de ordem trabalhista e/ou previdenciária, respondendo civil, criminal e administrativamente, exclusivamente, por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE.
- 3.4 Será vedado à licitante vencedora ceder, sub-rogar, subcontratar ou transferir o contrato.
- 3.5 De acordo com o que lhe enquadrar, a CONTRATADA deverá atender a todas as normatizações e exigências relativas ao Sistema da Qualidade ISO 9001:2008, SA 8000:2008 e ISO 14001:2004, em especial as previstas no ANEXO V deste contrato.

04 DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE

- 4.1. O valor total do contrato importa em R\$ (...). Os valores unitários e mensais constam da planilha anexa a este instrumento contratual (ANEXO I)
- 4.2. No valor acima informado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e impostos, encargos sociais,





trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais incidentes, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

- 4.3. Será admitido o reajuste dos preços, apenas quando observado o intervalo mínimo de 01 (um) ano da apresentação da proposta, mediante a aplicação do **IGPM-FGV**.

05 **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 5.1. Os serviços serão pagos **conforme cronograma de pagamento a seguir**:
- Serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos Programas relacionados à Segurança e Saúde Ocupacional: **Mensalmente (valor fixo)**, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços;
 - Exames relativos ao PCMSO (item 2.3.1 do Memorial Descritivo) e PPP - Perfil Profissográfico Previdenciário: **Mensalmente (Serão pagos os exames/laudos PPP realizados durante o respectivo mês)**, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
 - Laudo ergonômico; PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho; Laudo de Ruído Externo; Análise Ergonômica do Trabalho – AET; SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes: **Uma única vez**, até o 5º dia útil após execução dos serviços e emissão da respectiva Nota Fiscal.
- 5.2. O pagamento somente será efetuado após a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, ser atestada pelo gestor contratual designado, que promoverá conferência e verificação dos serviços prestados.
- 5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.4. O pagamento será realizado por meio de depósito bancário em conta-corrente de titularidade da Contratada, na agência e estabelecimento bancário indicado, por boleto bancário ou em carteira.
- 5.5. Em caso de eventuais atrasos de pagamento, se solicitado e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite





prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP Sendo:

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula $I=(6/100)/365$

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da parcela em atraso.

06 DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

6.1. Nos termos do artigo 65, §1º, da Lei 8.666, de 1993, a empresa CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

6.1.1. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

07 DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1. As despesas para execução do contrato correrão por conta da seguinte dotação:
3.3.90.39.99 – Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica.

08 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Na hipótese da CONTRATADA descumprir no todo ou em parte, os compromissos assumidos serão aplicados as penalidades estabelecidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019, cláusula XX – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

8.1.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA do fiel cumprimento das obrigações e





responsabilidades contraídas neste instrumento, bem como da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

- 8.3. O prazo para pagamento de multas será de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.4. O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo Contratante e/ou da garantia prestada pela empresa contratada, quando por esta solicitada.
- 8.5. As sanções são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 8.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal de Barueri.

09 DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. Inadimplência parcial ou total, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas no presente CONTRATO, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério da CONTRATANTE declarar rescindido o presente CONTRATO nos termos desta Cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste CONTRATO e as demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 9.2. O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- 9.3. A rescisão deste contrato poderá ser determinada:
 - I - Por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93.
 - II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - Judicial, nos termos da legislação.
- 9.4. No caso de rescisão por razões de interesse público, a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, aviso prévio, com antecedência de 10 (dez) dias.
- 9.5. A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- 9.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.





9.7. Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10 GESTORES DO CONTRATO

10.1. Fica designado o servidor ... (Gestor Oficial), como representante da Câmara Municipal de Barueri, para o encaminhamento de quaisquer questões que possam surgir durante a execução deste contrato.

10.1.1. Por ocasião de férias ou afastamento do gestor oficial, fica designado como Gestor Substituto o servidor

10.1.2. Na ausência de ambos, ficará automaticamente responsável a Chefia imediata do Gestor Oficial.

10.2. As funções do gestor, dentre outras, envolvem o acompanhamento e supervisão da realização do fornecimento contratado, aprovação dos relatórios emitidos pela contratada, aprovação das Notas Fiscais para o processamento dos pagamentos decorrentes, bem como, supervisionar a conformidade dessa empresa frente aos requisitos da Norma SA 8000 de Responsabilidade Social.

11 DA PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste CONTRATO na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente contrato é regido pelas normas da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 08 de junho de 1994.

12.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Complementar nº 123, de 2006, e 147, de 2014; na Lei nº 8.666, de 1993, Lei Federal 8.883, de 1994, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

12.3. Fica fazendo parte deste contrato, o Edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

67

- 12.4. Na contagem dos prazos mencionados neste contrato, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, prorrogando-se este, automaticamente, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.
- 12.5. A Contratada deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme exigência do artigo 55, inciso XIII, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.
- 12.6. Correrão por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento do objeto licitado, tais como transporte, frete, pedágio, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, dentre outros.
- 12.7. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Barueri, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas da execução da presente avença.

E, por estarem de acordo com todas as cláusulas deste contrato, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Em

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Contratante

.....

Contratada

TESTEMUNHAS:

- 1)
- 2)





PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO VI

CONTRATO N.º

ANEXO A – PLANILHA DESCRITIVO E QUANTITATIVO

PLANILHA 01 - DESCRITIVA E QUANTITATIVA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	12	mês	Serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento dos Programas relacionados à Segurança e Saúde Ocupacional, atendendo aos requisitos técnicos e legais prescritos pela Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, bem como toda e qualquer instrução legal e orientações que visem evitar ou controlar o agravamento da saúde laborativa. Conforme item 1.1. do Termo de Referência		
VALOR TOTAL					

PLANILHA 02 – SERVIÇOS RELATIVO AOS LAUDOS, AVALIAÇÕES A ATIVIDADES SIPAT:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	01	-	Elaboração de Laudo Ergonômico, de acordo com a Norma Regulamentadora (NR17), do Ministério do Trabalho e Emprego; Conforme memorial descritivo item 3.1.		
03	01	-	Elaboração de PPRA–Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com a Norma Regulamentadora (NR09), do Ministério do Trabalho e Emprego; Conforme memorial descritivo item 3.2.		





04	01	-	Elaboração de PCMSO–Programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), de acordo com a Norma Regulamentadora (NR 07) do Ministério do Trabalho e Emprego; Conforme memorial descritivo item 3.3.		
05	01	-	PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário NOTA: Estimativa referente à rotatividade de demissões para cálculo do PPP: <ul style="list-style-type: none">• Anual: 70 desligamentos• Mensal: Aproximadamente 06 desligamentos• Previsão de troca de Legislatura: Aproximadamente 80 desligamentos no mês de janeiro, devido a renovação de vereadores, que ocorre a cada 04 (quatro) anos. Conforme memorial descritivo item 3.4		
06	01	-	LTCAT: Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho. Conforme memorial descritivo item 3.5		
07	02	-	<i>Avaliação de Calor (IBUTG)</i> Conforme memorial descritivo item 3.5.2.G		
08	03	-	<i>Avaliação de Ruído</i> Conforme memorial descritivo item 3.5.2.G		
09	03	-	Laudo Técnico de Avaliação do Ruído interno/externo em Áreas Habilitadas, Visando o Conforto da Comunidade, Segundo A Nbr 10.151: 2000/ABNT. Conforme memorial descritivo item 3.6		
10	01	-	Análise Ergonômica do Trabalho – EAT Conforme memorial descritivo item 3.7		
11	01	-	SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes Conforme memorial descritivo item 3.8		





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

70

VALOR TOTAL	
--------------------	--

PLANILHA 03 – PLANILHA DESCRITIVA E QUANTITATIVA DE EXAMES

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	12	Unid.	Eletrocardiograma		
02	12	Unid.	Eletroencefalograma		
03	27	Unid.	Audiometria		
04	40	Unid.	Hemograma Completo com Plaquetas		
05	12	Unid.	VDRL		
06	10	Unid.	PPF - Protoparasitológico de fezes		
07	10	Unid.	Coprocultura		
08	10	Unid.	Raio X de Tórax P.A.		
09	16	Unid.	Acuidade Visual		
10	08	Unid.	Glicemia		
11	16	Unid.	TGO		
12	16	Unid.	TGP		
13	07	Unid.	Espirometria		
14	07	Unid.	Ácido Hipúrico		
15	07	Unid.	Ácido Metil Hipúrico		
16	07	Unid.	Avaliação de Fatores Psicossociais		
17	275	Unid.	Exames clínicos		
VALOR TOTAL					





PREGÃO PRESENCIAL N.017/2019

ANEXO VI

CONTRATO Nº

ANEXO B

AQ D2/002 – POLÍTICA DE AÇÃO DE REPARAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL

A **Câmara Municipal de Barueri** não admite a utilização de mão de obra infantil em suas atividades. O compromisso da Câmara de não utilizar mão de obra infantil ou incentivá-la, bem como ações para reparação de crianças que forem encontradas trabalhando em situações que se enquadrem na definição de trabalho infantil, se estende aos seus fornecedores. Portanto, caso seja encontrado trabalhador infantil na Câmara, ou em seus fornecedores, a Ação de Reparação deve ser aplicada, seguindo os seguintes passos:

- a) retirar imediatamente a criança do trabalho;
- b) contratar um membro da família, podendo ser os pais ou irmãos, ou fornecer apoio financeiro de modo que não se comprometa a renda familiar durante o período da Ação de Reparação;
- c) verificar se o trabalhador infantil está estudando; caso não esteja, a Câmara deve oferecer totais condições para ele frequentar a escola até atingir a idade de jovem trabalhador e assim poder voltar a trabalhar. No período em que o adolescente se enquadre como jovem trabalhador, a Câmara deve respeitar que o horário de trabalho não combine com o horário escolar, e que as horas combinadas de transporte diário, período escolar e horário de trabalho não excedam 10 horas por dia. Em nenhuma hipótese os trabalhadores jovens podem trabalhar mais que 8 horas por dia e durante horário noturno.

A Câmara ainda não deve expor crianças ou trabalhadores jovens a situações dentro ou fora do local de trabalho que sejam perigosas, inseguras ou insalubres.

Barueri, ___ / ___ / ____.

Representante legal da empresa

OBS: A declaração deverá ser digitada em papel timbrado da empresa com o carimbo onde conste o nome da empresa, endereço, e o nº do CNPJ





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

72

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO VI

CONTRATO N.º

ANEXO C

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

Município: BARUERI
Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Nome:	FABIO LUIZ DA SILVA RHORMENS
Cargo:	PRESIDENTE
R.G. n.º:	25.427.551-5 SSP/SP
C.P.F. n.º	199.296.138-70
Endereço Residencial: (*)	Praça Oiapoque, 360, Alphaville – Barueri
Endereço Comercial: (*)	Alameda Wagih Salles Nemer, 200 – Barueri
Telefone:	(11) 4199-7945
E-mail:	fabiorhormens@hotmail.com
E-mail profissional:	fabiaovertador@camarabarueri.sp.gov.br

(*) Não deve ser o endereço do Órgão/Poder. Deve ser o endereço onde puder ser encontrado caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.





PREGÃO PRESENCIAL N.017/2019

ANEXO VI

CONTRATO Nº

ANEXO D – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

CONTRATADA:

CONTRATO Nº: 000/2019

OBJETO:

ADVOGADO: LUCAS RAFAEL NASCIMENTO – OAB/SP 264.968

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL e DATA: BARUERI, _____ DE _____ DE 2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Nome e cargo: FABIO LUIZ DA SILVA RHORMENS – Presidente

E-mail institucional: fabiaovereador@camarabarueri.sp.gov.br

E-mail pessoal: fabiorhormens@hotmail.com

Assinatura: _____

CONTRATADA:

Nome e cargo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone pessoal: _____

Assinatura: _____





PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO VI

CONTRATO N.º

ANEXO E – SISTEMA NORMATIVO GESTÃO QUALIDADE

01 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

1.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências impostas pelas legislações federal, estadual e municipal, com relação à segurança, higiene e medicina do trabalho, particularmente aquelas pertinentes à Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978, onde estão contidas as 36 Normas Regulamentadoras - NR.

1.1.1. A CONTRATADA é responsável pela prática das NRs, assim como das consequências que derivem do seu não cumprimento, tanto no que se refere aos seus empregados como às subcontratadas ou colaboradores que, previamente autorizados, venha a contratar durante a execução do objeto contratual.

1.2. A CONTRATADA deverá fornecer a seus empregados, exigindo e fiscalizando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e/ou Coletivo (EPC), certificados e aprovados pelo Ministério do Trabalho, observando as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, conforme legislação vigente.

1.3. A CONTRATADA deverá apresentar no início da prestação dos serviços, e manter no local onde os serviços serão prestados, os seguintes documentos:

1.3.1 Antes de iniciar as suas atividades:

- a. Indicar um representante legal ou uma liderança sênior à CONTRATANTE, o qual deve, quando da assinatura do contrato, e dos formulários AQ_D2001 - Termo de Conhecimento e Adesão e AQ_D2002 – Política de Ação e Reparação ao Trabalho Infantil, entregar a seguinte documentação:
- b. Ficha contendo dados cadastrais do(s) empregado(s), tais como nome completo, RG, CPF, data de nascimento, telefone, endereço e atividades que irá(ão) desenvolver nas dependências da CONTRATANTE. Esta Ficha deverá





permanecer no local da prestação do serviço, junto ao gestor do contrato, para identificação do cargo para o qual o empregado foi contratado;

- 1.3.1.1. Os funcionários deverão estar de acordo com a NR 18, com base na descrição da função que será exercida e nos requisitos legais obrigatórios;
- 1.3.2. No primeiro dia de trabalho, antes de iniciar as atividades:
 - 1.3.2.1. Apresentar-se junto com sua equipe à Divisão de Segurança e Zeladoria e ao Setor de Saúde e Segurança do Trabalho, tendo em mãos:
 - a. Lista atualizada dos funcionários alocados na atividade;
 - b. Crachá de Identificação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, nº de registro e/ou nº de documento de identificação, data de admissão e função;
 - c. Listagem comprobatória da distribuição gratuita aos empregados envolvidos no Contrato, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e/ou Coletivo (EPC), e de uniformes.
- 1.4. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos os acidentes do trabalho/doenças ocupacionais, observando as Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, conforme legislação vigente, relacionadas às pessoas por ela empregadas, direta ou indiretamente para a execução do objeto contratual.
- 1.5. Em caso de Acidentes Graves ou com Potencial de Gravidade (art. 21 da Lei n. 8.213/91) a CONTRATADA deverá preencher a Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT, bem como, emitir o Relatório de Investigação de Acidentes contendo documentos comprobatório sobre: EPI's, Treinamentos e a "Ata de Reunião Extraordinária da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)", devidamente assinado por profissional responsável, pertencente ao SESMT (Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho) da CONTRATADA ou seu representante legal.
- 1.6. Cópia das documentações referidas nos itens 6.4 e 6.5 deverão ser enviadas ao SESMT da CONTRATANTE, via carta, com prazo máximo de quatro dias após a sua ocorrência. Caso a CONTRATADA não seja obrigada a manter Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, ela deverá apresentar esse Relatório assinado pelo Presidente da CIPA que abranja as dependências do prédio em questão.





- 1.7. Com relação aos acidentes inerentes às atividades executadas, a CONTRATADA deverá relatar em uma planilha todos os acidentes ocorridos durante a vigência do contrato, encaminhando uma cópia da planilha ao Setor de Saúde e Segurança do Trabalho da CONTRATANTE, através do e-mail recursoshumanos@camarabarueri.sp.gov.br.
- 1.8. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos a imagem, etc., decorrentes de qualquer violação a esta Cláusula ou infração a quaisquer deveres relativos a Segurança e Medicina do Trabalho, que venha a ser alegada em função da execução do Contrato.
- 1.9. REUNIÃO DE PRÉ-TRABALHO – A reunião de pré-trabalho é obrigatória. Antes do início do trabalho (atividades que envolvam riscos de acidentes) os representantes da Contratada devem se reunir com os representantes da Câmara para uma reunião preparatória, a fim de assegurar a correta compreensão das disposições relativas a Saúde, Segurança, Meio Ambiente, proteção contra fogo, autorizações e requisitos operacionais. A reunião também cobrirá os materiais e equipamentos necessários à execução do trabalho, riscos operacionais, EPI's que serão utilizados, questões relativas a meio ambiente, liberações necessárias e treinamentos. Esta reunião deverá ser registrada em ata.
- 1.10. REUNIÃO DE ORIENTAÇÃO – A reunião de orientação é obrigatória. Os participantes da reunião devem ser todos os empregados da Contratada, Subcontratada e fornecedores que irão desempenhar atividades que envolvam riscos de acidentes ao trabalhador nas dependências da Câmara.
- 1.10.1. Nenhuma empresa pode iniciar suas atividades de trabalho antes desta reunião que tem por objetivo mostrar aos empregados os riscos do trabalho, as medidas preventivas, os EPI's a serem utilizados e os procedimentos a serem cumpridos.
- 1.10.2. A reunião de orientação será apresentada pela CIPA da Câmara e pelo Responsável pela Contratada, poderá incluir retroprojetor, vídeos, ou outros materiais preparados.

02 RESPONSABILIDADE SOCIAL

- 2.1. Das Obrigações para não adoção de práticas de trabalho ilegal:





- 2.1.1. A CONTRATADA se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato.
- 2.1.2. A CONTRATADA se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097, de 19/12/2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 2.1.3. A CONTRATADA se compromete a não empregar adolescentes até 18 (dezoito) anos de idade, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como, em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerado este o período compreendido entre as 22:00 h às 05:00 h.
- 2.1.4. A ocorrência de trabalho nestas condições será considerada infração grave e facultará à CONTRATANTE a imediata rescisão de pleno direito do Contrato, sem prévio aviso ou qualquer indenização à CONTRATADA.
- 2.1.5. A CONTRATADA se obriga ainda, a divulgar entre seus fornecedores e subcontratadas, o compromisso assumido, incentivando sua adoção; e a apresentar a documentação de seus fornecedores e subcontratados, quando requerido pela CONTRATANTE.
- 2.1.6. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos à imagem, etc., decorrentes de qualquer violação a esta Cláusula, que venha a ser alegada em função da execução do Contrato.

03 MEIO-AMBIENTE

- 3.1. A CONTRATADA deverá, durante a execução do objeto contratual, respeitar a legislação ambiental vigente, observando todas as normas existentes e se empenhar em desenvolver métodos de atuação que não perturbem o meio ambiente, responsabilizando-se por obter previamente as devidas autorizações das autoridades competentes.





- 3.2. A CONTRATADA, quando for o caso, deve remover, logo após o término do Contrato, toda embalagem, entulho, madeira, sobra de material, etc., transportando-os para fora das áreas da CONTRATANTE, mantendo as dependências desta em perfeita condição de conservação e limpeza, respondendo, ainda, por possíveis despesas e respeitando as exigências da Secretaria de Estado e do Meio Ambiente, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico e de outros órgãos governamentais afins, sob pena de violação do Contrato e a incidência de multa.
- 3.3. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, por escrito, sempre que a preparação, execução ou término do objeto contratado envolva possível prejuízo ao meio ambiente, inclusive descrevendo os procedimentos escolhidos e fundamentando riscos, responsabilizando-se pelos danos ao meio ambiente decorrente da execução do objeto contratado.
- 3.4. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos à imagem, etc., decorrentes de qualquer violação a esta Cláusula ou infração a quaisquer deveres relativos ao meio ambiente, que venha a ser alegada em função da execução do Contrato.
- 3.5. A violação, total ou parcial, de qualquer disposição desta Cláusula, será considerada infração grave e facultará à CONTRATANTE a imediata rescisão de pleno direito do Contrato, sem prévio aviso ou qualquer indenização à CONTRATADA.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

79

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO VII

TERMO DE ACEITE

CONTRATO N.º	VIGÊNCIA:
CONTRATADA:	
OBJETO:	
VALOR:	
DATA DE ENTREGA:	DATA DE ACEITE:

Nos termos do item **7.3 do Termo de Referência**, constante do anexo I do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019**, atesto o RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto, com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais.

Observações:

Em ____ de _____ de 2019

.....
Gestor do contrato

.....
Contratada





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

80

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019

ANEXO VIII

DIVISÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS
AQ F6/001 – LISTA DE CONFERÊNCIA – PRODUTO E SERVIÇO

SC No.:

PROCESSO Nº

EMPRESA:

NOTA FISCAL:

CONTRATO/PEDIDO DE COMPRA:

SOLICITAÇÕES ANEXAS:

OBJETO(S) DA AQUISIÇÃO:

AVALIADO EM:

ITENS AVALIADOS

<input type="text"/>	ENDEREÇO ATUALIZADO
<input type="text"/>	CONFORMIDADE COM A SC
<input type="text"/>	PRAZO DE ENTREGA
<input type="text"/>	PREÇO TOTAL
<input type="text"/>	PREÇO UNITÁRIO
<input type="text"/>	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Observações:

(Nome)

Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos

